



CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMR

ÂNIMA EDUCAÇÃO

MATHEUS MOREIRA BLANCO

**PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS DA BALANÇA COMERCIAL: A EXPORTAÇÃO
E O BRASIL EM DESENVOLVIMENTO**

Rio de Janeiro

2023

MATHEUS MOREIRA BLANCO

**PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS DA BALANÇA COMERCIAL: A EXPORTAÇÃO
E O BRASIL EM DESENVOLVIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de graduação
em Ciências Econômicas, do Centro
Universitário IBMR- Ânima
Educação, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel
em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Ma. Leidisangela Santos da Silva

Rio de Janeiro

2023

Blanco, Matheus Moreira.

B641p Perspectivas e tendências da balança comercial: a exportação e o brasil em desenvolvimento. [manuscrito] / Matheus Moreira Blanco. Rio de Janeiro. - 2023.

43 f.

Monografia (graduação) - Centro Universitário IBMR - Curso de Ciências Econômicas, Rio de Janeiro, 2023.

Orientadora: Leidisangela Santos da Silva.

1. Desenvolvimento. 2. Industrialização. 3. Soja. 4. Exportação. 5. Malha ferroviária. I. Silva, Leidisangela Santos da. (Orient.). II. Centro Universitário IBMR. III. Título.

CDD: 330

MATHEUS MOREIRA BLANCO

**PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS DA BALANÇA COMERCIAL: A EXPORTAÇÃO
E O BRASIL EM DESENVOLVIMENTO**

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel, aprovado em sua forma final pelo curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário IBMR.

Rio de Janeiro, 21 de Junho de 2023.

Banca Examinadora:

Profa. Me. Leidisangela Santos da Silva - IBMR

Prof. Me. Eduardo Neves Pereira - IBMR

Prof. Me. Wagner Fernandes dos Santos - IBMR

Rio de Janeiro
2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meu pais
Simone Cristina Góes Moreira
Blanco e Pedro Paulo de Oliveira
Blanco por me auxiliarem durante
toda minha jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores Willian Jeronimo dos Santos e Débora Mesquita Pimentel, por uma das melhores descobertas intelectuais que tive através do Cálculo I e por ter me inspirado a cursar economia através da fantástica “Introdução à Economia”; ao Leonardo Brasil por ter me introduzido ao mundo das finanças e investimentos; à minha irmã Carolina Moreira Blanco pela paciência e suporte; à minha orientadora Leidisangela Santos da Silva e aos meus pais, por sempre me apoiarem.

“Quando era criança tive um vislumbre fugaz, no canto do meu olho. Me virei para ver, mas já havia sumido. Não consigo explicar agora. A criança cresceu, o sonho acabou.”

Pink Floyd

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar se o atual estado da balança comercial brasileira e sua decorrente infraestrutura pode estar agindo em detrimento de seu desenvolvimento. Foram analisadas séries históricas da balança comercial, assim como recortes mais detalhados de grandes categorias econômicas, produtos e escoamento. No referencial teórico, destacou-se a história do desenvolvimento geral e seus principais contribuintes, e em seguida, focou-se no desenvolvimento brasileiro, destacando um dos seus principais autores, Celso Furtado. Logo após, na contextualização, aprofundou-se sobre os setores econômicos, a entrega de recursos, a industrialização e a exportação. O método utilizado foi o quali-quantitativo, o meio utilizado para coleta de dados foi a análise bibliográfica, e o trabalho tem um fim explicativo. Segundo os dados da balança comercial e as tendências de crescimento no foco agrícola, o Brasil pode estar caminhando para uma desindustrialização devido à sua especialização e exportação em produtos de baixo valor agregado, esgarçamento de sua indústria e pouco interesse relativo na indústria de bens duráveis.

Palavras-chaves: Desenvolvimento. Industrialização. Soja. Exportação. Malha ferroviária.

ABSTRACT

The goal of this work was to evaluate if the Brazilian trade balance and attached infrastructure could be working against its development. Historical trade data series were analyzed, as well as more in detail data such as products, delivery network and GCE (Grandes Categorias Econômicas) classifications. In the theoretical framework section, the broad history of development was discussed, including Celso Furtado, most prominent author responsible for the first studies of the Brazilian development. Furthermore, it was contextualized deeper about the economic sectors, distribution network, export, and industrialization. The method used was quali-quant, the research technique for data collection was bibliographic analysis, and the objective was explanatory. According to data from the trade balance and growth tendencies focusing on agriculture and livestock, Brazil could be heading towards deindustrialization, considering its low-value product specialization and export, industry structure thinning and little relative interest in durable goods industry.

Keywords: Development. Industrialization. Soy. Exports. Railway network.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Participação percentual (%) no volume de cargas transportadas em 2019	36
Tabela 1 Carga transportada em milhões de toneladas em 2021.....	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Exportações e importações brasileiras totais.....	27
Gráfico 2 Exportação brasileira anual - classificação por GCE - US\$ FOB Milhões.....	28
Gráfico 3 Importação brasileira anual - classificação por GCE - US\$ FOB Milhões.....	29
Gráfico 4 Exportações brasileiras - produtos com maiores valores em US\$ FOB.....	30
Gráfico 5 Importações brasileiras - produtos com maiores valores	31
Gráfico 6 Exportações brasileiras atuais em US\$ Milhões	32
Gráfico 7 Maiores participações (%) da exportação brasileira.....	33
Gráfico 8 Participação da indústria de transformação no PIB.....	33
Gráfico 9 Extensão da rede ferroviária brasileira.....	35
Gráfico 10 Quantidade de carros ferroviários	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNT – Confederação Nacional do Transporte

FOB - *Free On Board.*

GCE – Grandes Categorias Econômicas

PPP - Parcerias Público-Privadas

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

PIB - Produto Interno Bruto (PIB)

VCR - Vantagem Comparativa Revelada

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 Objetivo Geral.....	15
1.2 Objetivo Específico.....	15
1.3 Justificativa	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 Desenvolvimento	16
2.2 Setores Econômicos Brasileiros.....	19
2.3 Escoamento	20
2.4 Industrialização Brasileira	21
2.5 Exportação Brasileira.....	23
3 METODOLOGIA	25
3.1 Tipologia da Pesquisa	25
4 ANÁLISE DE DADOS	26
4.1 Balança Comercial	27
4.2 Investigando a Indústria Brasileira	33
4.3 Logística Brasileira	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39
GLOSSÁRIO	42

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, o Brasil tem tido sua economia de exportação focada nos produtos agrícolas, sendo estes poucos ou não processados. Pode-se remeter à época pré e pós-colonial como uma previsão para o futuro, onde ainda o país não deixou de produzir a “cana-de-açúcar” ou o “café”¹. (ELESBÃO, 2007)

As elites cafeeiras, o autor continua, os grandes empresários dependentes desta exportação, faziam *lobby* e influenciavam significativamente as decisões do governo brasileiro nas primeiras décadas do século XX, enraizando uma cultura de exportação verde com a oportunidade do cenário econômico internacional da época, que só foi abalada com a crise de 29, onde o Brasil tomou passos firmes para a industrialização.

Para Rodrigues e Lourenço (2021), por outro lado, a participação da indústria brasileira no PIB, tendo uma grande alta na década de 70, já apresentava queda 10 anos depois e, hoje, o foco em agro exportação imita o início do século passado, tendo um grande foco de investimento durante a década de 2000 e 2010, onde grandes aumentos nas exportações de soja e derivados mostraram ótimos números no PIB, porém serviu para afirmar a posição de exportador de grãos do Brasil.

O autor ainda diz que este comportamento é apenas o Brasil se ajustando ao cenário global, porém essa desaceleração da indústria brasileira é um caminho para uma desindustrialização que poderá atrasar seu desenvolvimento.

Considerando todos os setores, Cabral e Júnior (2011) diz, o escoamento da produção para distribuição ao mercado interno ou à exportação é uma variável de suma importância, sendo a questão central para começar uma indústria em nova região e escalar a mesma, quando amadurecida.

A exemplo, há o polo industrial de Manaus, que através dos anos, só foi possível devido ao investimento de transportes rodoviários e fluviais. No outro lado, a região sudeste, historicamente possuindo alta concentração industrial, se vê atrelada à enormes frotas caminhoneiras e todas as desvantagens da dependência em estradas (CABRAL; JÚNIOR, 2011).

Dito isto, a escolha do desenvolvimento da malha ferroviária para Cabral e Júnior (2011) é a melhor para economias nacionais como o Brasil, pois apresenta eficiência e custo necessários para uma distribuição eficaz de insumos e produtos. Em concordância

¹ O Brasil durante seu período colonial baseava sua economia fortemente em cana-de-açúcar e mais tarde, após a independência, ainda era exportador agro, com o café.

com o autor, é necessária uma posição governamental indutiva ao investimento, pois tal dispêndio é desencorajador para o setor privado, possuindo altos riscos e retorno tardio.

Um grande beneficiário desta distribuição mais efetiva seria a indústria de alta e média-alta tecnologia brasileira, de acordo com Morceiro e Guilhoto (2020), estão mais divididas e espalhadas no país, sem um polo forte ou alvo de políticas públicas. Segundo os autores, tal esgarçamento prejudica a evolução e investimento do setor de tecnologia brasileiro, fazendo a economia nacional continuar dependente do setor primário.

Como dito por Filassi e Oliveira (2021), atualmente, o maior negócio de exportação brasileira é o grão de soja, sendo o maior exportador e segundo-maior produtor. De toda a soja exportada mundialmente, 50,3% são oriundas do Brasil e desses, 82% são importados pela China.

1.1 Objetivo Geral

Analisar se o atual estado da balança comercial brasileira e sua decorrente infraestrutura pode estar agindo em detrimento de seu desenvolvimento.

1.2 Objetivo Específico

- Apresentar a balança comercial do Brasil;
- Descrever a logística brasileira;
- Investigar o processo da indústria brasileira.

1.3 Justificativa

Esta pesquisa busca identificar potenciais caminhos de crescimento das indústrias dos setores secundários e terciários, sendo tais em políticas públicas e educação acadêmica direcionadas ao incentivo e desenvolvimento tecnológico, encontrando como razão a contribuição para pesquisa de oportunidade, e expansão de horizontes na comunidade acadêmica, sobre exportação brasileira que afeta de forma positiva o desenvolvimento de tecnologia no Brasil, influenciando construtivamente as relações e parceiros de pesquisa internacionais, avançando a riqueza intelectual nacional e melhor bem-estar da população brasileira.

O trabalho começa com essa seção, a introdução. A próxima seção irá construir o referencial sobre desenvolvimento. Na seção três, o trabalho contextualizará sobre os setores econômicos, industrialização e exportação brasileira. Após, na seção quatro, será apresentado a metodologia usada no trabalho. Na seção cinco será feita a análise de dados quanto a balança, indústria e logística brasileira. A seção seis irá concluir o trabalho, traçando consideração a respeito dos resultados obtidos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A seção a seguir constrói a base literária que explora o problema central do trabalho, demonstrando através de vários autores as perspectivas do cenário brasileiro em questão do desenvolvimento, visão setorial econômica, transporte, industrialização e exportação.

2.1 Desenvolvimento

O desenvolvimento econômico pode ser entendido como um processo contínuo de mudança estrutural e institucional que resulta na melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais de uma sociedade, não se limitando apenas ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mas também considera a qualidade de vida, a distribuição de renda, o acesso a serviços básicos, entre outros indicadores (SEN, 1999).

Diversos índices têm sido propostos para capturar as diferentes dimensões do desenvolvimento, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que combina indicadores de saúde, educação e renda (PNUD, 2021).

A teoria do crescimento econômico endógeno, proposta por Paul Romer, enfatiza o papel da inovação tecnológica como impulsionadora do desenvolvimento. Segundo Romer (1990), o crescimento econômico sustentável pode ser alcançado por meio de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), capital humano e proteção aos direitos de propriedade intelectual.

Por outro lado, a teoria das vantagens comparativas, desenvolvida por David Ricardo, argumenta que o comércio internacional baseado nas diferenças de produtividade relativa entre países pode promover o desenvolvimento econômico. Ricardo (1817) afirma

que cada país deve se especializar na produção daquilo que possui uma vantagem comparativa em relação aos demais.

A falta de infraestrutura, como estradas, portos e telecomunicações, pode limitar a capacidade produtiva de um país e dificultar sua integração na economia global (WORLD BANK, 2017). A instabilidade política e a corrupção também afetam negativamente o desenvolvimento econômico, pois minam a confiança dos investidores e reduzem a eficiência das instituições (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2001).

Além disso, a desigualdade de renda pode gerar tensões sociais e afetar a coesão social, dificultando o desenvolvimento econômico sustentável (STIGLITZ, 2012). A degradação ambiental, por sua vez, representa um desafio adicional, uma vez que compromete os recursos naturais e pode ter impactos significativos sobre a economia e a qualidade de vida das pessoas (SACHS, 2015).

Investimentos em educação e saúde são considerados fundamentais para o desenvolvimento humano e econômico, uma vez que proporcionam capital humano qualificado e contribuem para a redução da pobreza e da desigualdade (HECKMAN; MASTERSON, 2018). A promoção da inovação e do empreendedorismo estimula a geração de novas ideias, o surgimento de empresas competitivas e o aumento da produtividade (AUDRETSCH; KEILBACH, 2007).

Reformas institucionais, como a melhoria da governança, a redução da burocracia e o fortalecimento do Estado de direito, são cruciais para criar um ambiente favorável aos negócios e ao investimento (WORLD BANK, 2019). A integração na economia global, por meio do comércio internacional e dos fluxos de investimento estrangeiro direto, pode trazer benefícios como acesso a novos mercados, transferência de tecnologia e aumento da competitividade (RODRÍGUEZ; RODRIK, 2001).

Para Pacheco e Benini (2018), o desenvolvimento econômico brasileiro é um tema que envolve questões históricas, políticas e socioeconômicas onde as obras de Celso Furtado têm desempenhado um papel fundamental na compreensão do processo de desenvolvimento brasileiro e suas implicações sociais.

A história econômica do Brasil remonta ao período colonial, em que o país foi explorado intensamente pela metrópole portuguesa. Durante o século XIX, o país passou por profundas mudanças com a abolição da escravatura e a transição para o regime republicano. No início do século XX, surgiram as primeiras iniciativas para promover a industrialização do país (ELESBÃO, 2007).

Segundo Vieira (2021), as políticas econômicas adotadas durante o governo Vargas (1930-1945) foram marcadas pelo nacionalismo e protecionismo. Nesse período, ainda a autora diz, foram criadas diversas empresas estatais nas áreas siderúrgica, elétrica e petrolífera. No entanto, essas políticas nem sempre foram bem-sucedidas e muitas vezes foram criticadas por serem excessivamente centralizadas e inadequadas às diferentes realidades regionais do país, o que ainda foi intensificado pelo final da Segunda Guerra Mundial, trazendo novos desafios para a economia brasileira, enfrentando dificuldades na importação de bens estratégicos (VIEIRA, 2021).

A substituição de importação, a autora continua, que foi adotada mais tarde de maneira espontânea e problemática, causando uma perda de dinamismo na economia, já que o sistema anterior não se adaptava à taxa de mudança do novo, causando agregação de renda, dependência tecnológica, altos valores de endividamento externo, estagnação e desemprego.

Os governos Juscelino Kubitschek (1956-1961) e João Goulart (1961-1964) foram marcados pelo desenvolvimentismo, uma política econômica que buscava acelerar a industrialização por meio da intervenção estatal. O debate entre os defensores do planejamento estatal x livre mercado se intensificou nesse período (COLOMBO; NASCIMENTO, 2020).

A contribuição de Furtado (1974) para o pensamento econômico brasileiro se concentra em sua crítica ao modelo predominante até então, que defendia a ideia de que o crescimento econômico poderia ser alcançado por meio da livre atuação do mercado.

Na ótica de Pacheco e Benini (2018), Vieira (2021) e Colombo e Nascimento (2020) sua obra é marcada pela defesa do papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e social, criticando as teses neoliberais que pregam a liberalização da economia e o desmantelamento das políticas sociais.

Os textos de Celso Furtado, continuam os autores, foram e ainda são fundamentais para a compreensão do processo de desenvolvimento econômico brasileiro e suas implicações sociais, tendo sua defesa do papel do Estado na promoção do desenvolvimento endógeno tornando-se ainda mais relevante em um contexto de crise econômica mundial e crescente polarização política.

2.2 Setores Econômicos Brasileiros

A dependência de produtos agrícolas na economia brasileira pode ser entendida quando analisada suas origens e razões para suas decisões.

Para Elesbão (2007, p.49):

O café ainda teve grande importância para a economia brasileira nas primeiras três décadas do século XX, chegando inclusive, entre os anos 1924-1929, a responder por 72,5% do valor total das exportações do país. Diante deste quadro fica mais perceptível a grande influência dos cafeicultores nas decisões políticas do país e nas medidas adotadas, voltadas para a proteção de seus interesses. Para Furtado (1964: 215), “a economia havia desenvolvido uma série de mecanismos pelos quais a classe dirigente cafeeira lograra transferir para o conjunto da coletividade o peso da carga nas quedas cíclicas anteriores.

Em concordância com o autor, os grandes donos de terras influenciavam decisões nacionais a se beneficiarem para que o governo mantivesse a exportação de produtos agrícolas, principalmente o café. Faziam tal através de ações como o Convênio de Taubaté, onde o governo acordou em subsidiar a produção de café, ajustando a oferta e demanda artificialmente e, para isso, lançava mão de empréstimos estrangeiros que seriam pagos em impostos no próprio café. Esses métodos corroboraram para a permanência da indústria do café até 1929. (ELESBÃO, 2007).

Em decorrência da crise econômica de 1929, muitos países cessaram o importe de bens agrícolas de economias como o Brasil, onde o café fazia a grande parte do valor de exportações (RODRIGUES; LOURENÇO, 2011). Pondo em destaque os problemas da dependência em um único setor, ou até mesmo produto, a análise de Rodrigues e Lourenço (2021) demonstra que o investimento no setor industrial catalisa outros setores, ou seja, os ajuda a crescer e por consequência, também exportar outros, diferentes produtos, evitando monopólios setoriais e elevando outras indústrias à competição, diversificando o leque exportador do Brasil, evitando problemas causados por flutuações erráticas como em 1929.

Após a queda da bolsa de valores de Nova Iorque e a subsequente crise, o Brasil não pôde mais se manter na posição de exportador agro com a condição industrial da época, então, deu-se um foco nacional para modernizar a indústria, através da Revolução Verde, que, não foi apenas a criação de novos tipos de grãos, pesticidas, máquinas e métodos, como um novo crédito rural foi criado para subsidiar o agro brasileiro. (ELESBÃO, 2007).

Novamente, o esforço nacional de exportação ainda era em visão do setor primário, dando prioridade sobre um planejamento voltado à pesquisa e desenvolvimento, tecnologia e indústrias focadas em produtos dos setores secundários e terciários. Rodrigues e Lourenço (2021) dizem que não só o PIB apresenta maior crescimento quando o setor industrial cresce, mas também que o setor se desenvolve mais rápido do que outros, além da ação em cadeia onde a indústria ajuda a melhorar todos os outros setores.

2.3 Escoamento

Cabral e Júnior (2011) falam sobre a relevância do esforço de se investir no transporte e escoamento, apontando a necessidade de uma ligação ferroviária entre o oeste do estado da Bahia à sua capital no leste. O litoral do estado recebe a produção de milho, farelo e soja da região de Luis Eduardo Magalhães e, conspicuamente ausente, é um transporte consolidado para complementar o já existente, e a criação de novas rotas de distribuição para beneficiar o estado de maneira não só à produção, mas, em adição, consolidar geopoliticamente, oferecendo caminhos para resolução de conflitos, como os de separatistas. (CABRAL; JÚNIOR, 2011).

Por tanto, segundo Pereira e Ferreira (2018), uma importante decisão vem à tona entre, esperar no estado, ou poder público, a competência para dar cabo a grandes investimentos de infraestrutura, ou, confiar e se apoiar na iniciativa privada, com o grande dispêndio de recursos, a fim de desenvolver um projeto na visão e bem-estar nacional.

Em palavras de Pereira e Ferreira (2018, p.394):

Um governo benevolente pode melhorar a alocação descentralizada da economia, procurando internalizar as externalidades positivas promovidas pelo estoque de infraestrutura, o que eleva o nível de bem-estar. Entretanto [...] resta ao governo utilizar somente taxas que distorcem as decisões dos agentes econômicos para financiar seus investimentos em infraestrutura pública, o que, inversamente, contribui para uma queda no nível de bem-estar social.

Face a isto, segundo Cabral e Júnior (2011), o governo é pouco provável de se remover completamente dos projetos de infraestrutura pois muitas vezes o investimento é executado em áreas sob desenvolvimento, de caráter *welfare*², e sem retorno financeiro.

² Ajuda governamental através de programas e subsídios voltados à população de baixa renda.

Concordando, o poder público naturalmente leva instituições a apoiar seus empreendimentos. (PEREIRA; FERREIRA, 2018).

Em continuidade, vê-se uma solução na iniciativa privada quando a mesma, através da privatização, baixa as alíquotas de impostos, pois toma o lugar parcial do estado em investimentos de infraestrutura, como Cabral e Júnior (2011) indicam. Assim, mesmo com os mesmos níveis produtivos, parcerias privadas apresentam maior desempenho.

Porém, não significa a entrega total de projetos em infraestruturas ao privado. Como já foi realizado nos anos 90, basta a concessão para caracterizar um apoio em entes privados, o que difere da privatização total onde a posse transfere para a empresa comercial, como mostra Cabral e Júnior (2011). Em ressonância, Pereira e Ferreira (2018) também mostram uma correlação entre privatização e produtividade, assim, as Parcerias Público Privadas (PPP) tornam-se uma solução viável, já que o governo dá suporte e fomento para empresas em parcerias.

2.4 Industrialização Brasileira

Definindo esgarçamento segundo Morceiro e Guilhoto (2020), uma cadeia produtiva industrial se conecta e consolida para produção final de um produto, um tecido industrial. Pode-se observar mais claramente em linhas produtivas complexas como a de automóvel, necessitando de muitas variadas e complexas peças e maquinário para êxito. Porém, quando insumos são importados, pois há melhor vantagem de custeio, tal cadeia se esgarça como um tecido têxtil, causando perda de adensamento.

Após a grande abertura comercial do Brasil ao final dos anos 80, o país não conseguiu acompanhar o ritmo de crescimento industrial do resto do mundo, em destaque, a produção de insumos para suas indústrias, causando dependência de importação para fabricação industrial. (MORCEIRO; GUILHOTO, 2020).

O autor ainda fala em duas razões principais para o Brasil ter perdido competitividade de produtos após a abertura. A primeira é que a abertura foi rápida demais para as empresas brasileiras, que tiveram a competição contra as Tigres Asiáticos, onde já a partir da década 60, internalizaram suas indústrias aplicando alto investimento e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Na segunda razão, o autor destaca a sobrevalorização cambial na década de 90, desestimulando a exportação e incentivando a importação de insumos específicos para a indústria.

O autor continua expondo a importação de insumos que compete altamente com a opção doméstica, fazendo o produto brasileiro ser substituído pelo estrangeiro, ditando o ritmo da indústria brasileira e limitando-a. A esse efeito, diz o autor, toda a cadeia de produção trabalha de maneira menos eficaz, causando a perda de valor agregado da indústria brasileira. Essa ineficiência é causada pela redução de economias externas, onde o polo de indústrias compartilha ou troca mão de obra qualificada, tecnologia e parcerias, além de infraestruturas, rede logística e contato com fornecedores relevantes.

Em linha com o autor, Cano (2014) aponta a perda de participação do setor industrial no PIB brasileiro como uma preocupação relevante, pois a indústria é considerada uma importante fonte de desenvolvimento econômico, geração de empregos e inovação. Quando a indústria perde força em um país, isso pode ter efeitos negativos em diversos setores da economia, como comércio, serviços e agronegócio.

Não obstante, ao decorrer dos anos recentes, os produtos manufaturados brasileiros alcançaram uma estagnação, pois com a dependência de importação para insumos, a linha de produção fica desqualificada e a tecnologia, externa. A exemplo, estas indústrias viram maquiladoras, ou seja, são apenas instaladas no país para a montagem e seus lucros, P&D e investimentos voltam para o país de origem. (MORCEIRO; GUILHOTO, 2020).

O texto de Cano (2014) apresenta uma análise sobre as consequências da falta de investimentos na indústria brasileira e como a desindustrialização do país tem afetado sua produtividade e crescimento econômico. O autor argumenta que o declínio da indústria nacional tem aumentado a dependência do Brasil em relação a *commodities*, o que pode prejudicar a economia do país no longo prazo.

A dependência de *commodities* para Cano (2014) é outra consequência da desindustrialização. Com menos produção industrial, o país passa a depender cada vez mais da exportação de matérias-primas e produtos básicos, como minérios, grãos e carnes. Isso pode ser um problema no longo prazo, pois os preços desses produtos são influenciados por fatores externos, como a demanda global, as condições climáticas, entre outros. Além disso, a exportação de *commodities* não agrega valor ao produto e não estimula a inovação para outros setores, o que pode comprometer o desenvolvimento econômico do país.

A desindustrialização é um processo que ocorre quando a participação do setor industrial no PIB de um país diminui ao longo do tempo. Isso pode ocorrer por diversos fatores, como a falta de investimentos em infraestrutura, o aumento da concorrência internacional, a falta de incentivos para a inovação, a alta carga tributária, entre outros. No

Brasil, a desindustrialização tem sido um problema crescente nas últimas décadas. (CANO, 2014)

Diante desse cenário, o autor ainda defende a necessidade de políticas públicas que incentivem a inovação e a competitividade da indústria brasileira. Essas políticas podem incluir investimentos em infraestrutura, redução da carga tributária, incentivos à pesquisa e desenvolvimento, estímulo à exportação de produtos industrializados, entre outras medidas, fortalecer o setor industrial brasileiro e evitar uma perda de competitividade em relação a outros países.

Assim, Morceiro e Guilhoto (2020) continua, a importação pode ser usada a favor de uma nova indústria, ajudando a se estabelecer e obter crescimento inicial. Porém, seguindo exemplo da Embraer que produz aeronaves há décadas, ainda não possuiu domínio sobre as partes mais complexas e caras, como os motores à jato e aviônica.

Segundo Morceiro e Guilhoto (2020, p.838):

Nesse caso, as importações complementam a produção industrial por incorporar tecnologias de última geração, contribuindo para elevar a competitividade das exportações domésticas. Por outro lado, em economias industrializadas, quando um segmento produtivo muito adensado torna-se rarefeito significa que o tecido industrial deste segmento sofreu um processo de esgarçamento, que pode levá-lo à desindustrialização absoluta.

2.5 Exportação Brasileira

. De acordo com Filassi e Oliveira (2021), a exportação nacional apresenta grande concentração em um setor e produto, sendo o primário e a soja. O Brasil, os autores continuam, exporta 50,3% de todo grão de soja do mundo, e é projetado a tomar o primeiro lugar em produção mundial, passando os EUA. A exemplo, a China importa 82% do grão de soja brasileiro (FILASSI; OLIVEIRA, 2022), enquanto o desenvolvimento para a indústria de maior grau tecnológico e produtos industrializados, visado por muitos outros países, está sofrendo uma grande desaceleração. (RODRIGUES; LOURENÇO, 2021).

De acordo com Machoski e Raiher (2016), Rodrigues e Lourenço (2021) e Morceiro e Guilhoto (2020), a exportação de produtos de maiores níveis tecnológicos não só logram melhor performance comercial como sinergizam as indústrias e setores relacionados. Em palavras de Machoski e Raiher (2016, p.89), “Nessa linha de argumentação, [...] os ganhos oriundos das exportações dependem da intensidade tecnológica da pauta exportadora.”

Seguindo, como análogo, Machoski e Raiher (2016) expõe a exportação do Paraná, onde até os anos 60 era fortemente baseado em agricultura. A partir de 1970, começou a adotar tecnologias ao plantio, estabelecendo suas primeiras indústrias, seguindo a revolução verde. No início da década de 90, o estado começa a se diferenciar do modelo nacional, implantando produtos diversificados em sua recente entrada ao mercado internacional. Avançando para 2010, passado duas décadas, tem-se o crescimento brasileiro em 175% de suas exportações, em contraste comparativo, o estado do Paraná havia crescido 12 vezes, cerca de 1100%. Se o Brasil tivesse adotado medidas semelhantes, a exportação brasileira em 2010, de US\$ 149 bilhões, seria US\$ 648 bilhões.

Para avaliar a crescimento dos produtos de exportação do Paraná, discutido por Machoski e Raiher (2016), o autor utilizou o índice Vantagem Comparativa Revelada (VCR), “[...] indicador que permite mensurar a importância de determinado produto ou setor na pauta exportadora de uma economia.” (MACHOSKI; RAIHER, 2016, p.89).

De acordo com Machoski e Raiher (2016, p.89):

Quando o VCR apresenta valores mais próximos de uma unidade, maior é a especialização da economia neste setor ou nível. Por outro lado, para valores inferiores a uma unidade, a economia possui desvantagem em produzir bens desse setor, pois menor é a sua especialização neste nível.

Deste modo, durante o período entre o final da década de 80 e início da década de 2010, o índice de VCR paranaense se manteve bem próximo de uma unidade, com média de 0,9090, praticamente inalterado, ou seja, seus produtos exportados foram bem variados e ainda assim obteve crescimento significativo.

Por conseguinte, concordando com Machoski e Raiher (2016), o Paraná substituiu o crescimento das suas exportações de forma significativa, a partir de níveis baixos e médio-baixo de intensidade tecnológica, encapsulando produtos como borracha e produtos plásticos; metalurgia básica; alimentos, bebidas e têxtil, para médio alto, englobando setores de material elétrico; veículos automotores; química; ferroviário e de equipamento de transporte.

Assim, concluindo os autores, o estado do Paraná manteve o valor monetário de suas exportações com a segurança de amplos tipos de produtos, não ficando à mercê de preços ou demandas erráticas. Além de prevenir monopólios de indústrias setoriais, tal tipo de política exportadora foge da estagnação dita por Rodrigues e Lourenço (2021) e Filassi e Oliveira (2022) na qual o Brasil se encontra com seu atual comércio de grãos.

3 METODOLOGIA

Essa seção ilustra como o trabalho é desenvolvido quanto ao método, meios e fins, apresentado a seguir.

3.1 Tipologia da Pesquisa

O trabalho é desenvolvido na pesquisa quali-quanti quanto ao método. Flick (2008) realça que a pesquisa qualitativa é uma abordagem que busca compreender o fenômeno estudado a partir da perspectiva dos próprios participantes, valorizando suas experiências, interpretações e significados. Ele defende que a abordagem qualitativa é complementar à pesquisa quantitativa, permitindo que sejam exploradas dimensões mais subjetivas e complexas dos fenômenos estudados. Entre as principais características da pesquisa qualitativa, o autor descreve a coleta de dados por meio de técnicas como entrevistas, observação e análise de documentos, a análise dos dados de forma indutiva, a preocupação com a validade e a confiabilidade dos resultados e a importância de se considerar o contexto no qual o fenômeno estudado está inserido.

O método quantitativo é caracterizado pelo uso de técnicas estatísticas e matemáticas para coletar, medir e analisar dados numéricos, buscando quantificar as relações entre variáveis e identificar padrões, regularidades e associações em uma determinada população ou amostra. Esse método tem como objetivo fornecer uma compreensão objetiva e generalizável de fenômenos sociais complexos (HAIR et al., 2019).

A pesquisa bibliográfica foi escolhida como meio de coleta dados. Pizzani (2012) destaca que a pesquisa bibliográfica é uma técnica utilizada para coletar informações e conhecimentos já produzidos sobre um determinado tema ou problema. Ela pode ser realizada em diferentes tipos de fontes, como livros, periódicos, relatórios, teses e dissertações, entre outros.

A autora destaca ainda a importância da análise crítica das fontes de informação, verificando a qualidade, a relevância e a atualidade dos dados coletados. Ela também

ênfatiza que a pesquisa bibliográfica é uma técnica importante para embasar a pesquisa científica na interdisciplinaridade.

Para que a pesquisa não fique redundante, o método bibliográfico garante a consulta de diversos autores que embasam o texto. Para se abordar a pesquisa bibliográfica, os seguintes passos são feitos: identificar documentos; elaborar um esquema de anotações de autores e textos; elaboração mais profunda das anotações; organização em sumário das partes desenvolvidas. (DE MACEDO, 1995).

Para elucidar a situação da indústria e exportação brasileira, a pesquisa explicativa foi usada como fim. Segundo Gil (2002), a pesquisa explicativa tem como objetivo principal explicar as relações de causa e efeito entre variáveis, ou seja, investigar as causas de determinado fenômeno e suas consequências. Dessa forma, a pesquisa almeja ir além da descrição dos fatos, buscando compreender as razões pelas quais os fenômenos ocorrem. O autor ainda esclarece que a pesquisa explicativa é mais comum nas áreas das ciências sociais e humanas, mas também pode ser utilizada em outras áreas do conhecimento. Ele ressalta a importância dessa pesquisa para o desenvolvimento do conhecimento científico e para a solução de problemas práticos envolvendo diferentes tipos de conhecimento.

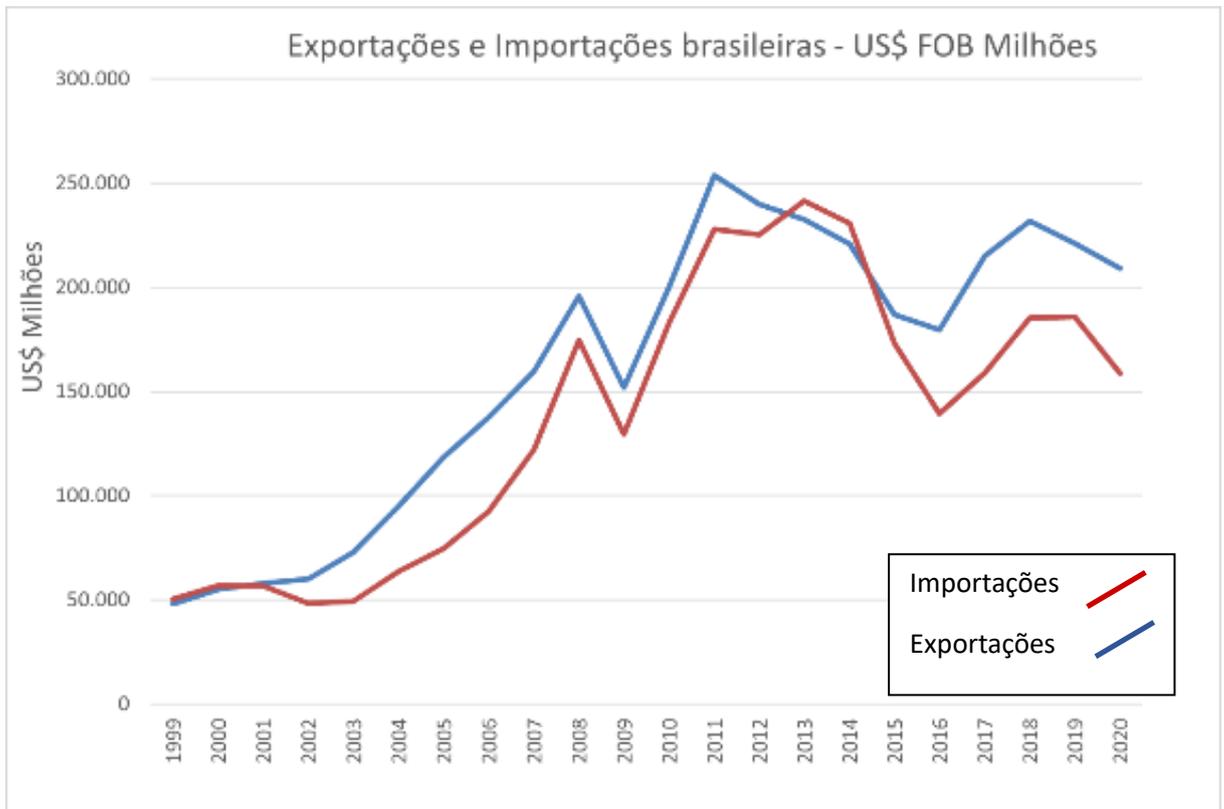
A pesquisa explicativa tem como fim principal a explicação de um fenômeno, e não apenas a sua descrição ou identificação. É comum em estudos que buscam entender as causas de um problema, ou que procuram estabelecer relações de causalidade entre variáveis. (RAUPP; BEUREN, 2006).

4 ANÁLISE DE DADOS

A seção a seguir explica através da análise de dados, gráficos e séries históricas a balança comercial, indústria e escoamento brasileiro, investigando suas tendências e perspectivas.

4.1 Balança Comercial

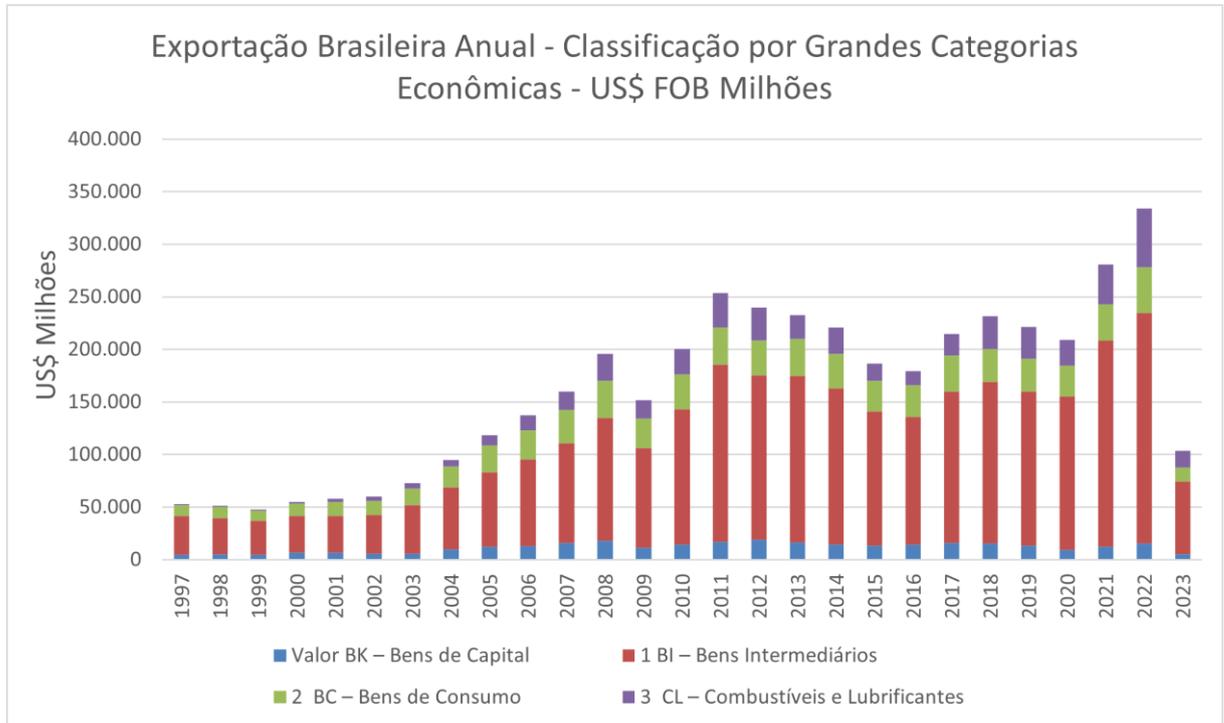
Gráfico 1 Exportações e Importações Brasileiras Totais



Fonte: Ministério da Economia. Adaptação do autor, 2023.

O gráfico 1 exibe a série histórica dos valores totais de importação e exportação brasileira. Mesmo com bruscas variações, até 2019, a tendência foi o crescimento em geral. Os principais pontos de divergência são em 2008, com queda em ambas as exportações e importações em 22,5% e 25,9% respectivamente. O próximo, uma tendência de queda começando em 2011 até 2018, com forte acentuação negativa a partir de 2013 nos dois setores.

Gráfico 2 Exportação Brasileira Anual - Classificação por GCE - US\$ FOB milhões

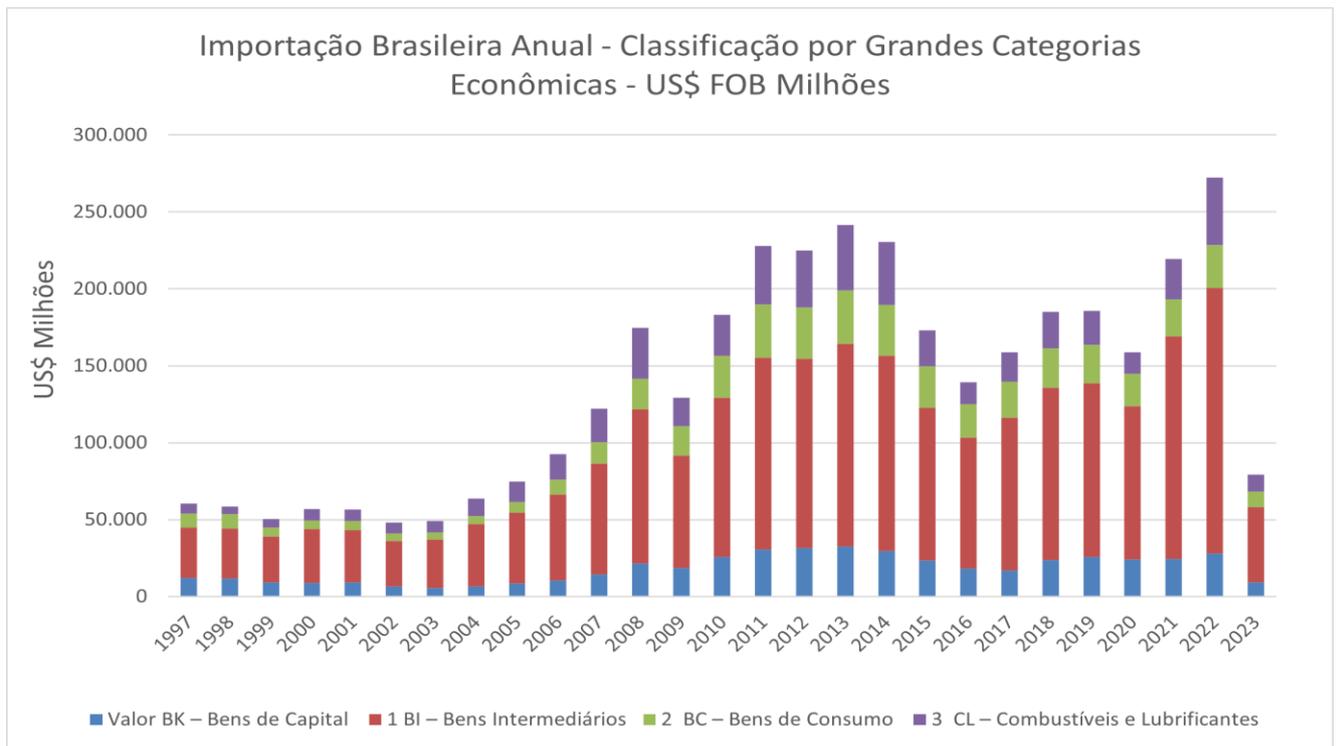


Fonte: Ministério da Economia. Adaptação do autor, 2023.

O gráfico 2 exibe a exportação brasileira, focando nas grandes categorias econômicas, sendo elas bens de capital, bens de consumo, bens intermediários e combustíveis e lubrificantes. A definição de cada uma, para bens de capital, segundo Araújo (2011), seriam bens que são usados de maneira contínua para a produção de outros. Bens de consumo, continua o autor, seriam o de também uso contínuo, porém que não servem à indústria, sendo consumidos por famílias. Para bens intermediários, o autor também infere, são bens utilizados pela indústria de forma a transformá-los, ou seja, insumos. Combustíveis e lubrificantes são definidos por próprio nome.

Por toda a série, as porcentagens permanecem relativamente iguais entre si e a tendência é de crescimento. Note-se que para 2023, os dados ainda não tinham sido totalmente agregados. Outro ponto de importância é a grande disparidade entre bens

Gráfico 3 Importação Brasileira Anual - classificação por GCE - US\$ FOB milhões



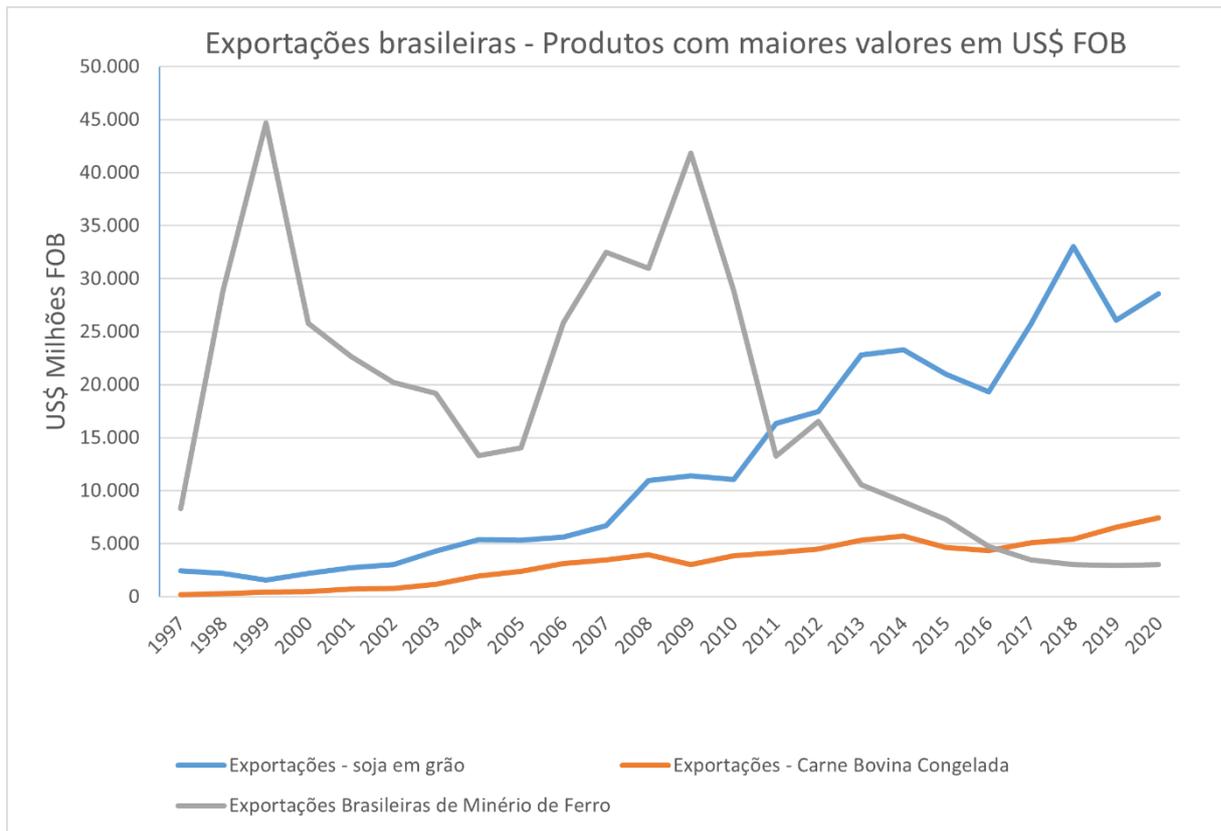
Fonte: Ministério da Economia. Adaptação do autor, 2023.

intermediários e os outros. Entre 1997 e 2022, bens intermediários mantiveram domínio de 59,4% a 69,9% de toda a exportação.

O gráfico 3 exhibe a importação brasileira, focando nas grandes categorias econômicas, sendo elas bens de capital, bens de consumo, bens intermediários e combustíveis e lubrificantes, definidos anteriormente.

É notável a similaridade com as exportações pois, os bens intermediários ainda possuem maior participação dentre as outras categorias, porém, combustíveis e lubrificantes tomam significativa maior espaço, entre 10,2% e 19% nos anos 2008 à 2022. Diferente das exportações, a partir de 2003, percebe-se uma subida íngreme das importações que se acentua ainda mais entre 2007 e 2014.

Gráfico 4 Exportações Brasileiras - Produtos com Maiores Valores em US\$ FOB

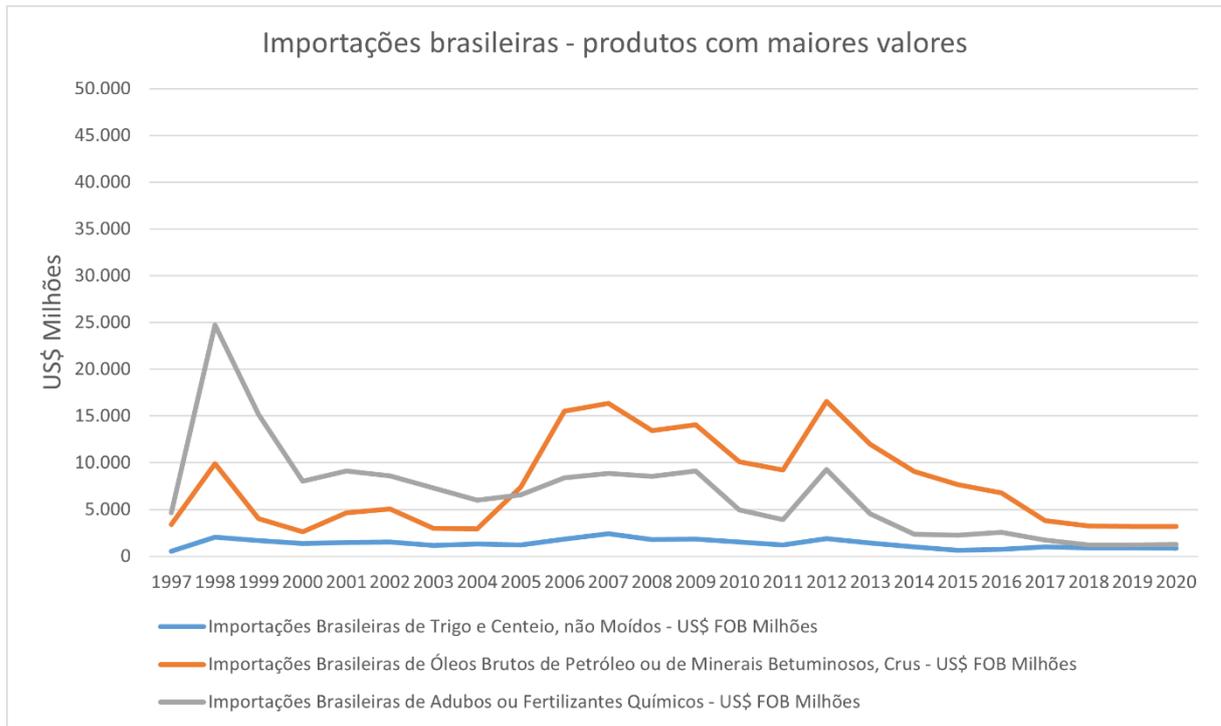


Fonte: IPEADATA; Ministério da Economia. Adaptação do autor, 2023.

O gráfico 4 exhibe os principais produtos, de maiores valores, exportados no Brasil. A categoria representada, portanto, é a agropecuária, indústria de extração e indústria de transformação. Dois destes produtos, soja e minério de ferro, pertencem aos bens intermediários discutidos anteriormente e a carne bovina congelada se encaixa nos bens de consumo, segunda maior categoria exportada.

Segundo o gráfico, no final da década de 90, o Brasil exportava grande parte do valor de sua balança comercial em Minério de ferro. Durante a entrada dos anos 2000, percebe-se uma mudança de foco comercial. A exportação da soja cresce constantemente por essa década, ficando mais evidente. Em 2011, a soja ultrapassa o minério de ferro e segue em subida. A outro exemplo de mudança, a exportação de carne bovina, apresentando estável crescimento no mesmo período, adquire maior taxa de mudança positiva e em meados da década de 2010, também ultrapassa a exportação de ferro.

Gráfico 5 Importações Brasileiras - Produtos com Maiores Valores

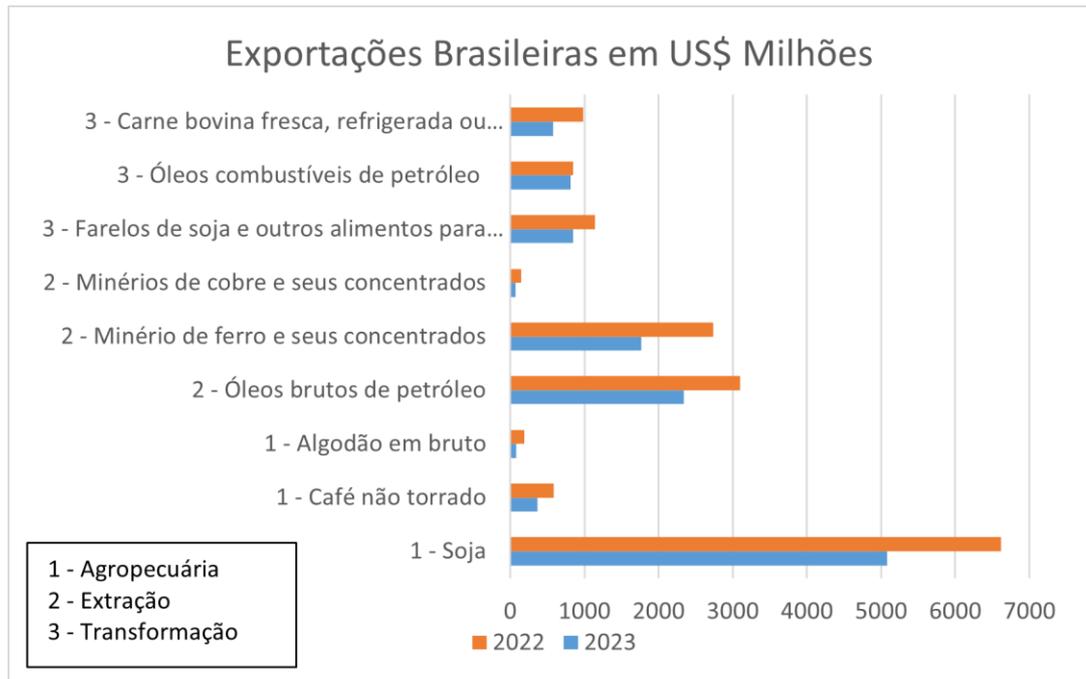


Fonte: IPEADATA; Ministério da Economia. Adaptação do autor, 2023.

O gráfico 5 exhibe os principais produtos, de maiores valores, importados no Brasil. A categoria representada, não deixa de ser agropecuária, indústria de extração e indústria de transformação. Todos os produtos representados no gráfico, sendo eles com os maiores valores de importação no Brasil, são bens intermediários.

Percebe-se que mesmo com alguns surtos de inclinação positiva, a partir de 2012, os principais produtos representantes das importações brasileiras sofreram queda estável até em 2020, onde a soma do Trigo e Centeio, Óleos Brutos de Petróleo e Adubos ou Fertilizantes químicos somam US\$ 11.965,5 milhões, sendo 6,7% do total de importações.

Gráfico 6 Exportações Brasileiras Atuais em US\$ milhões

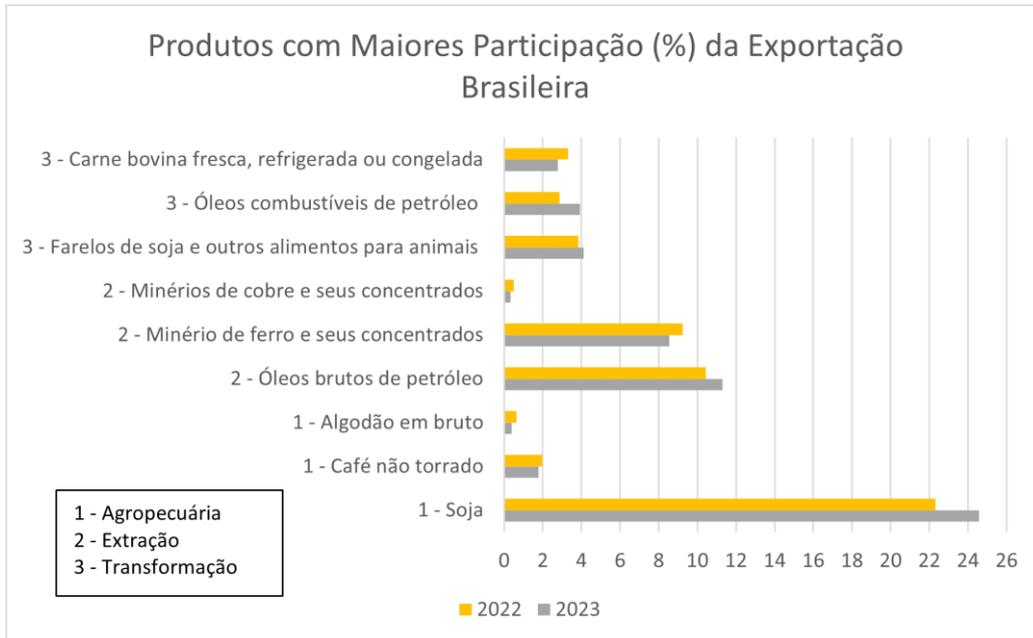


Fonte: Ministério da economia. Adaptação do autor, 2023

O gráfico 6 exhibe as exportações brasileiras como vistas atualmente, em maio de 2023, juntas ao ano anterior, separadas nos três setores: agropecuária, indústria de extração e indústria de transformação, com seus respectivos produtos mais valorizados.

Tomando um recorte mais fechado das exportações, é possível observar a soja isolada em seu valor de exportação. O gráfico a seguir, põe em perspectiva em participação percentual comparativa.

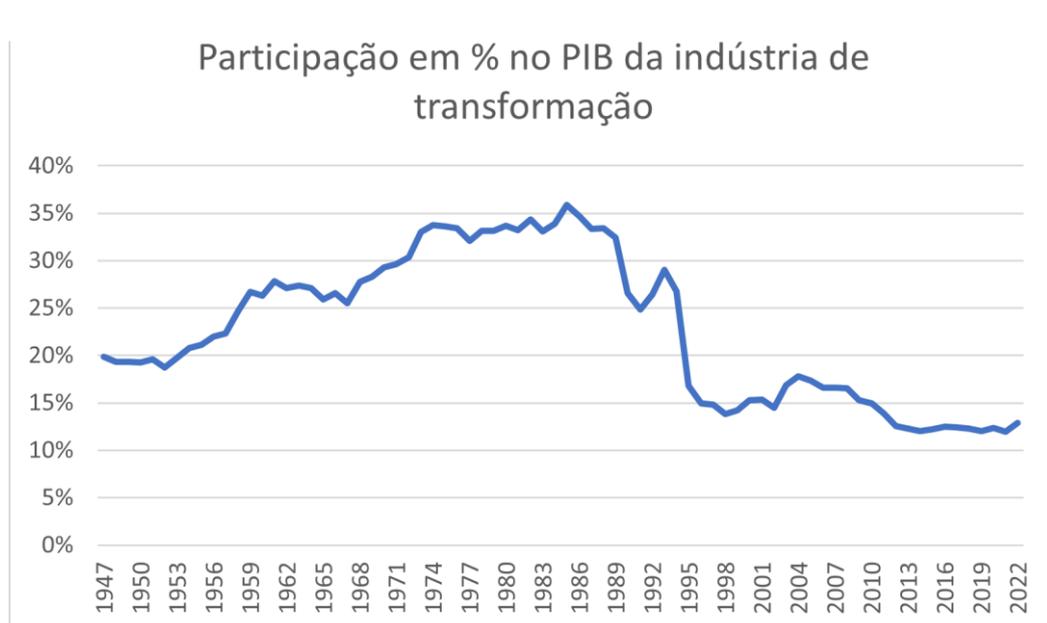
Gráfico 7 Maiores Participações (%) da Exportação Brasileira



Fonte: Ministério da economia. Adaptação do autor, 2023.

4.2 Investigando a Indústria Brasileira

Gráfico 8 Participação da Indústria de Transformação no PIB



Fonte: IPEADATA. Adaptação do autor, 2023.

O gráfico 8 exibe a participação da indústria de transformação em % do PIB na economia brasileira. Definindo indústria de transformação segundo o IPEADATA, Brasil (2023), é a transformação química, física ou biológica de materiais para servirem de insumos em outras indústrias, fabricando novos produtos.

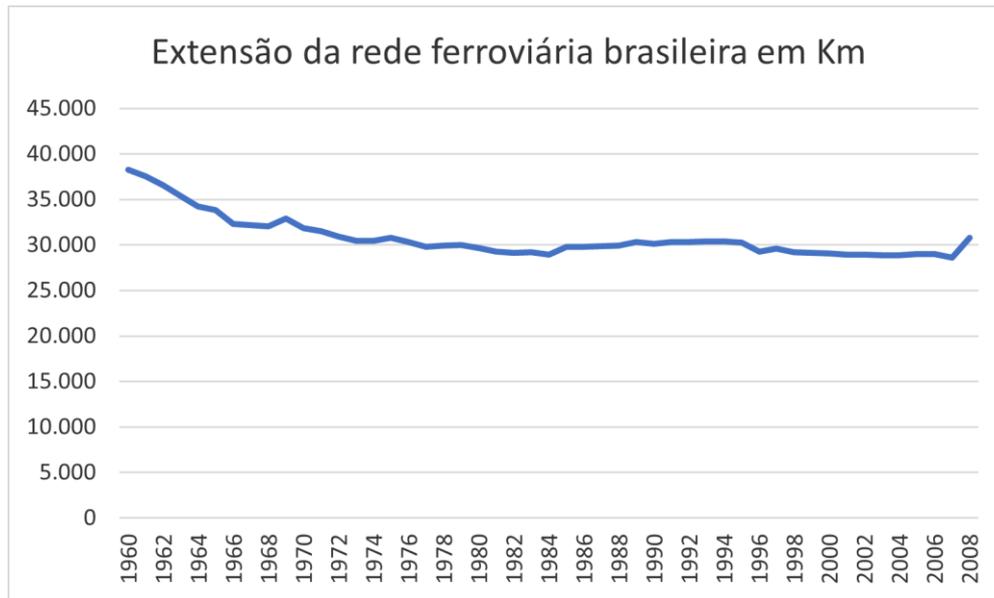
A indústria de transformação, com observado no gráfico, possui um crescimento não tão instável, porém mesmo assim crescente desde o final da década de 40 até meados da década de 80, sofrendo queda vertiginosa nos períodos seguintes na participação do PIB. Como destaque, entre os anos de 1985 e 1991, houve queda de 11% e logo mais, entre os anos de 1993 e 1998, apenas 5 anos, registrou queda de 15%.

Para Bonelli e Pessôa (2010), tal queda expressiva se deve ao fato do Brasil estar sob o efeito das políticas da “indústria nascente”, onde havia grande protecionismo na indústria brasileira, levando um grande golpe quando as ondas de privatização vieram, reduzindo em grande grau sua capacidade produtiva.

Isto, os autores continuam, foi mais uma evidência da falha da substituição de importação aplicada no país. Seguindo, as empresas, muitas delas estatais, foram fortemente alçadas pelo governo por muitos anos, desde a década de 30, e não tiveram o devido suporte quando tal estratégia se exauriu. Por um lado, o país se endireitou: estabilizou sua inflação, cortou gastos, extinguiu monopólios estruturais, desregulamentou setores econômicos e obteve melhores relações com investimentos exteriores. Do outro, sua indústria foi a seção que mais foi afetada negativamente por estas grandes mudanças (BONELLI; PESSÔA, 2010).

4.3 Logística Brasileira

Gráfico 9 Extensão da Rede Ferroviária Brasileira

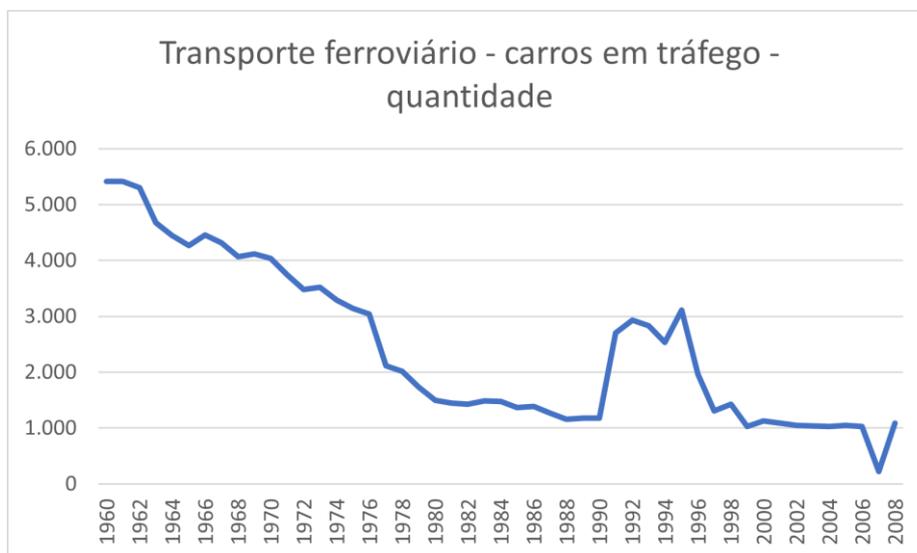


Fonte: IPEADATA. Adaptação do autor, 2023.

O gráfico exibe o panorama da extensão da malha ferroviária em Km do Brasil até 2008, que se estendeu por 30.784 Km. Segundo a CNT, em 2021, o valor subiu para 31.299.

Apesar da tendência positiva ao final da série e além, o caminho geral é de decréscimo ou estabilidade. O gráfico a seguir põe em outra perspectiva esta situação, apresentando o número de carros ferroviários no mesmo período.

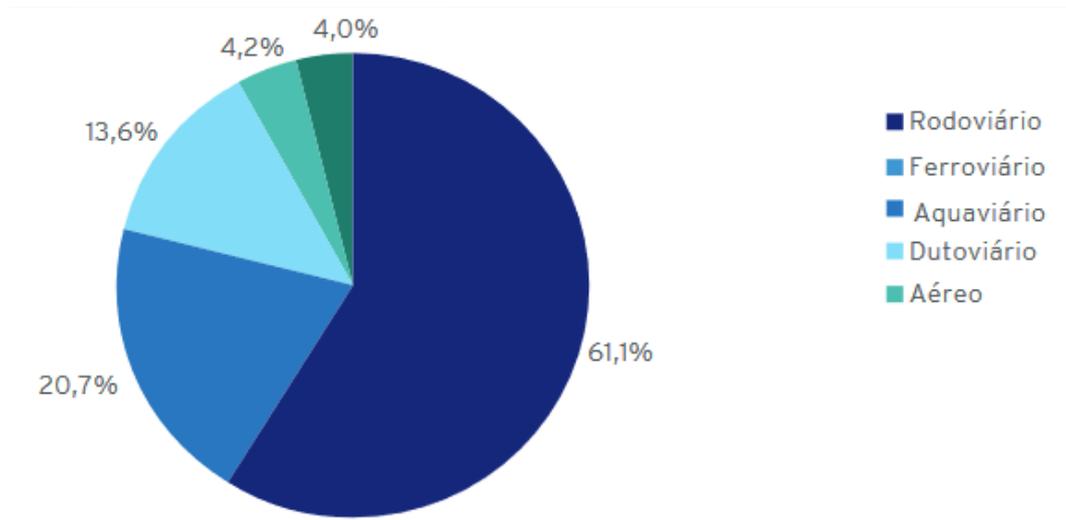
Gráfico 10 Quantidade de Carros Ferroviários



Fonte: Anuário Estatístico dos Transportes Terrestres (ANTT/AETT). Adaptação do autor, 2023.

Pode-se observar que mesmo com o crescimento da exportação de *commodities* exibida posteriormente, a malha ferroviária não acompanha de maneira semelhante. Porém, o transporte rodoviário cresceu e, segundo ao relatório da CNT Transporte em Números, publicada em 2019, a participação da malha rodoviária foi de 61,1%, enquanto a ferroviária ficou em 20,7%.

Figura 1 Participação Percentual (%) no Volume de Cargas Transportadas em 2019



Fonte: CNT – Transporte em Números 2019.

Sob esta ótica, pode-se observar a diferença efetiva entre os dois meios de transporte na tabela a seguir.

Tabela 1 Carga Transportada em Milhões de Toneladas em 2021

Malha	Km	Carga Transportada em Milhões de Toneladas	Frota
Rodoviária	1.720.909	357,2	2.947.856
Ferroviária	31.299	506,8	98.740

Fonte: CNT; IBGE; Relatório Fretebras Adaptação do autor, 2023.

Mesmo com uma porção significativamente menor de extensão e uma frota duas ordens de magnitude menor, a estimativa de carga transportada³ por carros ferroviários, em números de 98.740 vagões, supera a malha rodoviária, com uma frota de 2.947.856 caminhões, em 149,6 milhões de toneladas no período analisado. Pode-se observar que não apenas há vantagens na eficiência, mas como também nos custos de operação, onde haveria menos dispêndio em combustíveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a abordagem exposta, vê-se a necessidade de o Brasil ampliar e aprimorar sua indústria, criando um grande desafio econômico e político, porém de extrema importância para o crescimento ao longo termo da economia nacional, tendo em mente as mudanças do cenário global e a questão da estabilidade e comércio internacional.

Abrangendo outros setores, mais desenvolvidos, o Brasil não só terá um produto condutor de inovação, mas também possuirá maior oportunidades de parcerias comerciais com mais, diferentes países, permitindo que a indústria se desenvolva e cresça.

Com o investimento da indústria, o Brasil poderá retornar a estratégia de substituição de importação, onde altos investimentos em P&D criam um ciclo sustentável de desenvolvimento onde melhores produtos desenvolvidos financiam mais pesquisa. Além disso, o know-how adquirido seria muito valioso, mesmo se não chegasse a um particular produto.

³ Os números apresentados foram aproximados de diferentes fontes, dentre elas a CNT, IBGE e a empresa Fretebras. Em 2021, a Fretebras disponibilizou o relatório anual que confecciona. Nele é apresentado 858.075 motoristas cadastrados em sua rede e 8.000.000 de fretes realizados. Assumindo a capacidade média de um caminhão típico de transporte do tipo *truck* em 13 toneladas, o valor total da carga transportada foi escalado, a partir destas informações, para 2.947.856 caminhões registrados pelo IBGE

A composição da balança comercial demonstra como a economia brasileira está cada vez mais especializada em apenas alguns produtos, senão um, como motor de superávit, possuindo um leque de produtos menos diversificados e primários ou com baixo valor agregado. Ainda, apresenta pouco interesse em importar produtos duráveis para investimento na indústria de maior grau tecnológico, valor agregado e horizontes de P&D. Com isso, a permanência da exportação brasileira em produtos de baixo valor agregado pode afetar seu desenvolvimento industrial tecnológico.

. É possível observar que através das muitas políticas com o viés centrado na exportação verde, a balança comercial tende pesadamente para um lado, firmemente assentamento a soja, representando o setor agropecuário, como pivô da balança comercial brasileira, sendo uma posição de grande escala, porém frágil de comércio e futuro desenvolvimento industrial, como discutido previamente com os autores.

Nesse pensamento, o produto e força comercial brasileira ficam vulneráveis e restrita a países no qual se importa produtos primários e impede o desenvolvimento de relações de mercado com mais, diversos países

Considerando os males da grande dependência em rodovias no Brasil, como acidentes, gastos crescentes para combustíveis, enfileiramento extenso de veículos, e dentre outras, os setores da economia necessitam de um escoamento eficiente e barato para seus produtos e desenvolvimento da região, que segundo o esgarçamento exposto por Morceiro e Guilhoto (2020), pode ser reduzido com uma ligação eficaz de transportes.

Analogamente, tais projetos, se postos em funcionamento, podem desencadear uma união em outros estados e a nível nacional, trazendo à luz outros conflitos e meios de apaziguá-los, como os separatistas do sul. Porém, para tal, é indispensável um planejamento precípua voltado a construção ou expansão da malha ferroviária brasileira

A queda do desenvolvimento da indústria de transformação apresenta um forte argumento de desindustrialização. Em conjunta conclusão com os autores Bonelli e Pessoa (2010), se, primeiro, não se comprovar que tais quedas na indústria brasileira não forem apenas causadas por períodos políticos específicos e razões pontuais e, segundo, não se comprovar uma tendência normal global durante o mesmo período de queda industrial, há fortes indicativas que o Brasil está de fato entrando em uma desindustrialização.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. A. The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. **American Economic Review**, v. 91, n. 5, p. 1369-1401, 2001.

ARAÚJO, Bruno César. INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL. **O Núcleo Tecnológico da Indústria Brasileira**, Brasília, v. 1, p. 409-514, 2011.

AUDRETSCH, D. B.; KEILBACH, M. Does Entrepreneurship Capital Matter? **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 31, n. 6, p. 807-825, 2007.

BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de Abreu. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. Fgv Ibre: **Textos para discussão**. [S.I.], p. 1-61. mar. 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/11689>. Acesso em: 21 maio 2023.

BRASIL. IPEA. (org.). **Séries Históricas - Produto interno bruto (PIB)**: indústria de transformação a preços correntes - período mantido. Indústria de transformação a preços correntes - Período mantido. 2023. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 27 maio 2023.

CABRAL, Sandro; SILVA JÚNIOR, Antonio Francisco. Escolhas estratégicas para expansão de uma malha ferroviária: uma análise baseada em opções reais. **Base – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 78-90, 31 mar. 2011.

CANO, Wilson. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 139-174, dez. 2014. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/118>. Acesso em: 25 abr. 2023.

COLOMBO, Luciléia Aparecida; NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. A trajetória institucional da Sudene: a influência de Celso Furtado para o desenvolvimento do Nordeste. **Intellèctus**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 156-173, dez. 2020. ISSN 1676-7640. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/52757>>. Acesso em: 21 maio 2023. doi:<https://doi.org/10.12957/intellectus.2020.52757>.

DE MACEDO, Neusa Dias. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**. Edições Loyola, 1995.

ELESBÃO, Ivo. **O espaço rural brasileiro em transformação**. Finisterra, [s. l.], v. 84, n. , p. 47-65, 2007.

FILASSI, Monique; OLIVEIRA, Andréa Leda Ramos de. Competitiveness drivers for soybean exportation and the fundamental role of the supply chain. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L.], v. 60, n. 3, p. 1-22, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2021.235296>.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa-3**. Artmed editora, 2008.

FURTADO, C. (1974) **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

HAIR, J. F. et al. *Multivariate Data Analysis*. 8th ed. Boston, MA: Cengage Learning, 2019.

HECKMAN, J. J.; MASTERSON, R. The Lifecycle Benefits of an Influential Early Childhood Program. **Journal of Political Economy**, v. 126, n. 6, p. 2334-2376, 2018.

MACHOSKI, Eduarda; RAIHER, Augusta Pelinski. Crescimento Econômico, exportações e tecnologia: o caso paranaense. **Redes**, Rio Grande do Sul, v. 21, n. 1, p. 84-102, 06 maio 2016.

MORCEIRO, Paulo César; GUILHOTO, Joaquim José Martins. Adensamento produtivo e esgarçamento do tecido industrial brasileiro. **Economia e Sociedade**, [S.L.], v. 29, n. 3, p. 835-860, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n3art07>.

PACHECO, Adriano Pereira de Castro; BENINI, Elcio Gustavo. A Economia Criativa em época de crise: o desenvolvimento endógeno brasileiro na obra de celso furtado. **Brazilian Journal Of Political Economy**, [S.L.], v. 38, n. 2, p. 324-337, jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572018v38n02a06>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/JwLRzsHCyKwmhWXVSx9mR5b/?lang=pt#>. Acesso em: 21 maio 2023.

PEREIRA, Ricardo A. de Castro; FERREIRA, Pedro Cavalcanti. Privatização: uma análise de bem-estar. **Estudos Econômicos** (São Paulo), [S.L.], v. 48, n. 3, p. 391-422, set. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-41614832rpp>.

PIZZANI, Luciana et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012.

PNUD - Programa das nações unidas para o desenvolvimento. **Human Development Indices and Indicators 2021: Statistical Update**. Nova York, 2021.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2006.

RODRIGUES, Crysllaine Flavia da Silva; LOURENÇO, André Luís Cabral de. A case for industrial policy? Forecast results from a disaggregated bop-constrained growth model for brazilian economy (2016-2025). **Revista de Economia Contemporânea**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 1-24, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198055272512>.

RODRÍGUEZ, F.; RODRIK, D. Trade Policy and Economic Growth: A Skeptic's Guide to the Cross-National Evidence. In: BERNARD, A. B.; HIRSCH, B. (Ed.). **Handbook of International Trade**. Oxford: Blackwell Publishing, 2001.

ROMER, P. M. Endogenous Technological Change. **Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, Part 2, p. S71-S102, 1990.

SACHS, J. D. **The Age of Sustainable Development**. Nova York: Columbia University Press, 2015.

SEN, A. **Development as Freedom**. Nova York: Anchor Books, 1999.

STIGLITZ, J. E. **The Price of Inequality: How Today's Divided Society Endangers Our Future**. Nova York: W.W. Norton & Company, 2012.

VIEIRA, Rosa Maria. Celso Furtado: um pensador social brasileiro. **História Econômica & História de Empresas**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 14-30, 5 mar. 2021. **História Econômica e História de Empresas**. <http://dx.doi.org/10.29182/hehe.v24i1.788>. Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/788>. Acesso em: 21 maio 2023.

WORLD BANK. **World Development Report 2017: Governance and the Law.** Washington, D.C.: World Bank, 2017.

WORLD BANK. **World Development Report 2019: The Changing Nature of Work.** Washington, D.C.: World Bank, 2019.

GLOSSÁRIO

Commodities - são produtos básicos ou matérias-primas que são amplamente comercializados em mercados financeiros. Eles geralmente são fungíveis, o que significa que um produto é equivalente a outro do mesmo tipo, independentemente de sua origem ou produtor. As *commodities* podem ser divididas em várias categorias, como *commodities* energéticas (petróleo, gás natural), metais (ouro, prata, cobre), *commodities* agrícolas (trigo, milho, café) e *commodities* de base (minério de ferro, alumínio). Esses produtos são negociados em bolsas de *commodities* e são usados por investidores, produtores e consumidores para proteção contra volatilidade de preços, especulação ou obtenção de suprimentos necessários para a produção de bens e serviços.

Tigres asiáticos - referem-se a um grupo de quatro países do leste asiático - Singapura, Hong Kong, Coreia do Sul e Taiwan - que experimentaram rápido crescimento econômico e desenvolvimento industrial a partir das décadas de 1960 e 1970. Essas nações foram reconhecidas internacionalmente por seu notável progresso econômico, transformando-se de economias agrícolas em economias industrializadas e orientadas para a exportação. Os Tigres Asiáticos adotaram políticas econômicas voltadas para a exportação, investiram em educação e infraestrutura, promoveram a industrialização e incentivaram a abertura comercial.

Esgarçamento - O esgarçamento industrial é um conceito que pode ser relacionado à perda ou enfraquecimento da base industrial de uma determinada região ou país. Isso ocorre quando as indústrias enfrentam dificuldades, como queda na produção, perda de competitividade, desindustrialização ou diminuição do número de empresas e empregos na área industrial.

Lobby - é o ato de influenciar ou persuadir indivíduos, organizações ou governos para promover interesses específicos, normalmente relacionados a questões políticas,

econômicas ou sociais. O lobby envolve atividades de advocacia e pressão, realizadas por grupos de interesse (como empresas, sindicatos, organizações não governamentais, associações comerciais) com o objetivo de moldar políticas públicas, legislação ou regulamentações em seu favor.

Desenvolvimento endógeno - segundo Celso Furtado, é um conceito que enfatiza a capacidade de uma economia de promover seu próprio progresso e transformação interna, por meio da mobilização de seus recursos e potenciais internos. Furtado, renomado economista brasileiro, destacou a importância de uma abordagem centrada nas características específicas de cada país e região, levando em consideração suas particularidades históricas, culturais, sociais e econômicas.

O desenvolvimento endógeno busca superar a visão tradicional que atribui o crescimento econômico apenas a fatores externos, como investimentos estrangeiros, tecnologia importada ou políticas externas. Em vez disso, Furtado argumenta que as economias devem se concentrar em identificar e mobilizar seus próprios recursos, tanto naturais quanto humanos, para impulsionar o desenvolvimento sustentável.

Free On Board - Quer dizer que o exportador é responsável pela mercadoria até ela estar dentro do navio, para transporte, no porto indicado pelo comprador. *Free* porque a mercadoria já deve ter sido desembarçada na alfândega de partida e estar livre para ser levada. Essa expressão faz parte dos chamados Incoterms, ou seja, *International Commercial Terms*, compilados e normatizados pela Câmara de Comércio Internacional (CCI)

Vantagem Comparativa Revelada - É um conceito econômico que mede a especialização e a competitividade de um país ou região em determinados setores de atividade econômica.